



Informação sob suspeita

Impulsionadas pela dinâmica de compartilhamento das redes sociais, notícias falsas ganham destaque no debate público internacional. Saiba como os boatos se propagam e o que tem sido feito para combatê-los.

Págs. 4 e 5

Ensino Superior

Do acesso à formatura, as dificuldades e oportunidades para se obter um diploma.

Pág. 3

Liderança legislativa

Gráfico histórico reúne 25 deputados que já ocuparam a presidência da Alepe.

Págs. 6 e 7

Banco acessível

Lei prioriza atendimento a pessoa com deficiência em instituições financeiras.

Pág. 8

ACONTECEU NA ALEPE

■ Poder Legislativo celebra 183 anos

A Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) comemorou aniversário convidando os cidadãos a se envolverem cada vez mais nas discussões políticas: foi lançada, no dia 2 de abril, a cartilha Participação Popular no Legislativo. Para o presidente, deputado Guilherme Uchoa (PSC), a Casa tem sido baluarte dos ideais democráticos do Estado enquanto instituição “viva, plural e participativa”.



■ Reajuste para professores

Foi aprovado pela Alepe, no dia 4 de abril, o reajuste de 6,81% para os profissionais da Rede Estadual de Ensino. O percentual foi estendido a aposentados, pensionistas e professores do Colégio da Polícia Militar de Pernambuco, a partir de emenda do Poder Executivo.

■ Prêmio Prefeitura Amiga da Mulher

No dia 27 de março, a Alepe premiou cidades que desenvolvem políticas públicas em prol da equidade nas relações de gênero. As vencedoras deste ano foram Arcoverde (Sertão do Moxotó), Caruaru (Agreste), Palmares (Mata Sul) e Itamaracá (Região Metropolitana do Recife).

VOCÊ NA ALEPE

“A realidade da violência contra a mulher em Igarassu é preocupante: 60% dos boletins de ocorrência se enquadram na Lei Maria da Penha. Viemos fazer um apelo às autoridades para que seja inaugurada uma delegacia da mulher no município.”



Hanna Barbosa

Assistente social da organização não governamental (ONG) Minha Igarassu, em audiência pública realizada pela Comissão de Defesa da Mulher, em 5 de abril, para marcar o Dia Estadual de Combate ao Feminicídio.

“Vim acompanhar a audiência porque o Projeto Renovar é muito importante para a economia canavieira de Pernambuco, que é responsável por uma grande oferta de empregos. A manutenção dessa atividade garante tranquilidade à Zona da Mata.”



Jorge Petribu

Presidente do Conselho da Usina Petribu, ao participar, no último dia 9 de abril, de audiência pública promovida pela Comissão de Desenvolvimento Econômico para discutir o Projeto Renovar.

Acompanhe também os perfis da Alepe nas redes sociais e fique por dentro das atividades que acontecem dentro da Casa. Além de informar, as plataformas também facilitam a participação dos cidadãos no Legislativo, construindo debates e colaborando com decisões importantes para a vida do povo pernambucano.



assembleiape



alepeoficial



assembleiape

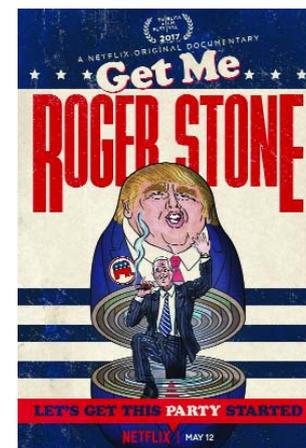


alepenatv

EM FOCO

Boataria premeditada

Produzido pela Netflix, o documentário *Get me Roger Stone* apresenta as estratégias de manipulação política fartamente utilizadas pelo consultor norte-americano que dá nome à obra. Pouco conhecido dos brasileiros, Stone atua há décadas nos bastidores de campanhas do Partido Republicano, fato que se repetiu em 2017, quando Donald Trump foi eleito presidente dos Estados Unidos. A tática, confessada pelo próprio consultor, baseia-se na criação de boatos, que passam a dominar o debate público e abafam discussões que poderiam ser mais relevantes para os eleitores.



Fique Sabendo

A possibilidade de uso desse artifício nas eleições de outubro, no Brasil, tem preocupado pesquisadores, Poder Público e sociedade civil. Quer entender melhor como funciona a estratégia? Veja a história de Roger Stone:



● ENSINO SUPERIOR

De olho na qualidade

Crescimento acelerado no acesso pode trazer risco de precarização. Educação a distância e assistência estudantil despontam como alternativas

Isabela Senra
Tayza Lima

Ver a filha estudar na universidade era uma realidade distante para os pais da professora de Química Josiane Paulo, primeira da família a ter um diploma. “Por sempre ter estudado em escola pública, houve bastantes lacunas no meu ensino. Quando consegui concluir o curso, vi felicidade neles, foi muito especial.”

Concluir a graduação é um sonho que muitos brasileiros já conseguem realizar. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o número de pessoas com Ensino Superior completo mais que dobrou no País: passou de 6 milhões em 2000 para quase 13 milhões em 2010. Segundo o mais recente Censo do Ensino

Superior do Ministério da Educação (MEC), mais de um milhão de estudantes concluíram a formação superior em 2016.

Os números do MEC mostram, ainda, que quase 75% dos novos formandos estão na rede particular. “O ensino privado tem uma natureza distinta, que contempla a lógica do lucro, e exige uma regulação mais atenta”, aponta o professor Assis Leão, pró-reitor de ensino do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE).

Para uma unidade de Ensino Superior começar a funcionar, ela precisa de autorização do MEC, que também confere notas entre 1 e 5 aos cursos. Em Pernambuco, 62% das instituições de nível superior tiveram o conceito 3 em 2016, e 32% alcançaram a nota 4, segundo levantamento de

Assis Leão, a partir de dados do Ministério de 2016.

“Se uma instituição ou curso específico já em funcionamento não atingir a nota média (3), é feito um termo em que ela se compromete a atacar os pontos negativos”, esclarece o secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC, Henrique Sartori. “Cumprindo esse acordo, o curso volta à normalidade. Caso contrário, deixa de existir. Os alunos recebem diploma, mas a entidade não poderá mais ofertá-lo”, resume.

TENDÊNCIAS

A história de outra estudante, a técnica administrativa Angélica Mendonça, também se confunde com algumas das políticas públicas de expansão do Ensino Superior. Ela teve acesso à graduação por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que teve mais de 6,7 milhões de inscritos em 2017, e pôde se manter no curso universitário graças ao Programa Universidade para Todos (Prouni). “Consegui uma bolsa parcial de 50%. Me formei em Administração sem ter um custo muito alto”, comemora.

Fenômeno mundial, a evasão é apontada como principal desafio para a educação superior atualmente. De acordo com o MEC, mais de 86 mil matrículas em cursos de graduação foram trancadas ou encerradas em Pernambuco em 2016. “A gran-

de agenda hoje é permanência e êxito”, afirma Assis Leão. Para ele, a solução está vinculada ao sucesso das políticas de assistência estudantil, entre elas o Prouni e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), ambas federais.

Os pernambucanos contam, ainda, com bolsas do Programa Universidade para Todos em Pernambuco (Proupe) nas 13 autarquias municipais de Ensino Superior, que oferecem 118 cursos e são mantidas por mensalidades, mas não visam ao lucro. Em 2018, foi lançado o PE no Campus, que proporciona auxílio de custo para alunos de universidades públicas nos dois primeiros anos do curso.

Outra opção menos dispendiosa é a educação a distância (EAD), que já alcançou quase 1,5 milhão de matrículas em 2016. O montante equivale a 18% de toda a educação no Ensino Superior no Brasil, segundo o MEC. “A EAD cumpre um papel social, mas o aumento vertiginoso dessa modalidade traz o debate sobre uma possível precarização”, comenta Assis Leão.

Fique Sabendo

Investigação

A supervisão do MEC ajuda a evitar que os estudantes sejam enganados por instituições que atuam na ilegalidade ou em desacordo com as normas vigentes. Entre 2015 e 2016, a Alepe criou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar denúncias de cursos irregulares em Pernambuco.

“Conseguimos apurar que houve abuso por meio da venda de diplomas e da transformação de cursos de extensão em graduação. Já foram cancelados cadastros de várias faculdades e há pessoas presas por conta desse tipo de crime”, relata o deputado Rodrigo Novaes (PSD), que presidiu os trabalhos do grupo.

Para checar se uma instituição de Ensino Superior está com o cadastro regular e conferir as notas de entidades e cursos, acesse o site <http://emec.mec.gov.br>.

Saiba mais

Para saber mais sobre o assunto, acesse pelo QR Code ou no link:



alepe.pe.gov.br/radio-alepe/

● FAKE NEWS

Você já foi enganado hoje?

Redes sociais impulsionam circulação de notícias falsas, com possíveis repercussões negativas para o debate público

Ivanna de Castro

Criar, repassar ou acreditar em boatos, definitivamente, não é novidade. Inéditas, no entanto, são a velocidade e magnitude que notícias falsas têm alcançado em tempos de uso crescente de internet e redes sociais. Mais que isso: por meio da divulgação planejada e articulada, as chamadas *fake news* chegam a ter papel central nas princi-

pais discussões e decisões públicas recentes.

“As *fake news* são utilizadas, principalmente, para destruir reputações”, identifica o pesquisador do Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Fábio Gouveia. Dois exemplos confirmam a percepção: o uso massivo desse artifício nas últimas eleições presidenciais dos Estados Unidos e a rede de boatos em torno do assassinato da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco.

Para isso, são usados os mais variados formatos de divulgação: e-mails com links enganosos, mensagens de WhatsApp, fotos e vídeos produzidos para redes sociais ou sites construídos de forma mais estruturada.

Independentemente do grau de sofisticação, as notícias falsas conseguem atingir grande alcance e interferir nos debates públicos graças, primeiramente, ao uso de dispositivos (robôs) que

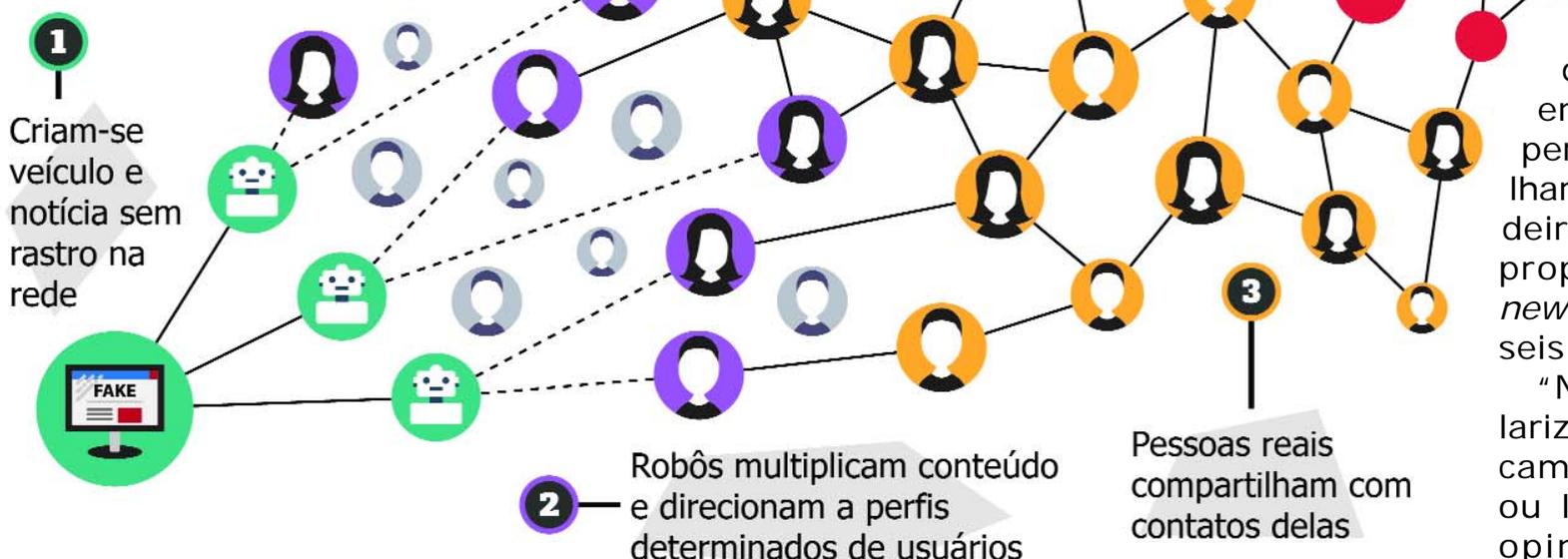
compartilham conteúdos em massa. Nas eleições presidenciais brasileiras de 2014, 10% das interações no Twitter foram feitas por essas ferramentas tecnológicas, segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Contudo, analisa Gouveia, é a natureza humana que alimenta esse ciclo. “A robotização inicia uma avalanche. Porém, depois que a mensagem atinge determinado grau de contágio, são as pessoas reais que potencializam a rede de mentiras, e de maneira voluntária”, explica o estudioso (*ver arte*).

Ele se baseia em pesquisa do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) que analisou o comportamento de usuários do Twitter entre 2006 e 2016. No período, robôs compartilharam mensagens verdadeiras e falsas na mesma proporção, mas as *fake news* atingiram as pessoas seis vezes mais rápido.

“Num cenário de polarização, as pessoas buscam uma notícia, estudo ou link que corrobore a opinião delas, sem se

O CAMINHO DAS FAKE NEWS



preocupar em verificá-las”, analisa Bárbara Libório. A jornalista do site Aos Fatos, que é especializado na checagem de informações, dá dicas para que o leitor identifique possíveis armadilhas antes de ceder ao impulso de compartilhar o boato (*ver quadro*).

Iniciativas como essa vêm se tornando cada vez mais comuns para fazer frente ao fenômeno das *fake news*. Além de apontar inconsistências e inverdades nos conteúdos que ganham repercussão nas redes, agências verificam discursos de autoridades e pessoas públicas. A desinformação, explica Bárbara, vai além da notícia mentirosa: “Há várias nuances na estratégia de manipulação”.

BIG DATA E POLARIZAÇÃO

O professor Fábio Gouveia entende que a polarização ocorre porque, apesar de terem contato com muito mais fontes de informação, as pessoas se expõem a conteúdos cada vez menos diversos. “Graças ao uso de algoritmos, formam-se bolhas nas quais o indivíduo se comunica apenas com quem já concorda”, afirma.

Nas redes sociais, os algoritmos servem para direcionar conteúdos a cada perfil de usuário, cujas preferências são identificadas com base na movimentação dele na internet (o que curte, sites que visita, entre outros). Esse amplo conjunto de informações – fornecido voluntária e gratuitamente pelos indivíduos ao aceitarem as condições de

uso do aplicativo – forma o que ficou conhecido como *big data*, e é vendido para anunciantes comerciais e produtores de conteúdos políticos.

A combinação *fake news* + *big data* pauta discussões de órgãos públicos em todo o País, com foco nas eleições de outubro. “O processo eleitoral brasileiro já se mostrou efetivamente seguro. Não sendo possível burlar a urna eletrônica, criminosos estão partindo para outra estratégia: enganar o eleitor”, analisa o coordenador de Infraestrutura de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE), George Maciel.

O assunto ganhou destaque na Alepe, que criou, recentemente, a Frente Parlamentar de Combate aos Crimes Cibernéticos. As *fake news* são tema recorrente nas reuniões do colegiado, que trata também de outros delitos cometidos na rede, como golpes financeiros, *bullying* digital e pedofilia. “Nosso objetivo central é compreender esses fenômenos e apresentar sugestões às autoridades competentes. Avalio que o caminho passa por campanhas educativas”, acredita o coordenador do grupo, deputado Aluísio Lessa (PSB).

Leia mais

Para saber mais sobre o assunto, acesse pelo QR Code ou no link: alepe.pe.gov.br/noticias-especiais/



Legislação e enfrentamento

Para estabelecer princípios, direitos e deveres àqueles que atuam no ambiente virtual, foi aprovado, em 2014, o Marco Civil da Internet. A norma federal permite a retirada de conteúdos que atentem contra a honra dos indivíduos.

Titular da Delegacia de Combate aos Crimes Cibernéticos em Pernambuco, Derivaldo Falcão acrescenta que a pessoa que cria ou compartilha notícia falsa pode ser punida penal e civilmente se a divulgação incorrer em calúnia, injúria e difamação. “Para que a gente consiga investigar a ocorrência, deve-se apresentar um *print* [captura de tela] da página da internet ou da rede social”, orienta.

Mas a legislação tem dificuldade de acompanhar a rápida dinâmica do mundo virtual, explica Fábio Gouveia. “Facebook e YouTube não são identificados como veículos de mídia, estão no vácuo da legislação”, pontua o professor da Ufes.

Assim como o estudioso, o integrante da Coalizão Direitos na Rede, organização da sociedade civil que atua em defesa da internet livre e aberta no Brasil, Paulo Rená condena propostas focadas na criminalização da prática, que poderiam “constituir ameaça à liberdade de expressão”. Para ele, a estratégia deve ser oposta: “Desinformação se combate com mais livre expressão e informação, não com menos”.

COMO DETECTAR

- 1** **Busque fontes confiáveis**
Em geral, veículos tradicionais de comunicação possuem estrutura mínima de apuração.
- 2** **Questione antes de compartilhar**
É viável? A fonte tem credibilidade? Outros veículos divulgaram?
- 3** **Prefira textos com referências**
Se houver algum link que leve para a fonte original da informação, melhor.
- 4** **Olho na linguagem**
Textos com muitos adjetivos ou conotação pejorativa tendem a ser falsos.
- 5** **Identifique os responsáveis**
Veja se o texto está assinado e se é possível contactar o veículo.
- 6** **Redes sociais não são a melhor fonte**
Melhor que elas sejam apenas o ponto de partida da pesquisa.

Documento Histórico

Boatos de cheia assustaram Recife nos anos 1970

Edificada sobre aterros em áreas de mangue e situada abaixo do nível do mar, a Capital pernambucana conviveu, historicamente, com enchentes frequentes em períodos de chuva. A falta de informação e o medo tornavam o Recife terreno fértil para a circulação de boatos e notícias calamitosas.

Um dos mais famosos circulou no dia 21 de julho de 1975. Alardeou-se que, por volta das 10h, a Barragem de Tapacurá, em São Lourenço da Mata (Região Metropolitana do Recife), havia estourado. O pânico instalou-se entre a população, perdurando por várias horas, até a informação ser desmentida.

Na época, já existiam iniciativas para divulgar informações oficiais acerca da situação da cidade em dias chuvosos. Em 1974, o então secretário-assistente do Governo, Fausto Freitas (que também foi deputado estadual entre 1986 e 1993), articulou ação nesse sentido com a Coordenadoria de Defesa Civil de Pernambuco (Codecipe), em conjunto com outros órgãos públicos e a imprensa local. A medida não foi suficiente, entretanto, para impedir a disseminação do boato de cheia no ano seguinte.



CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

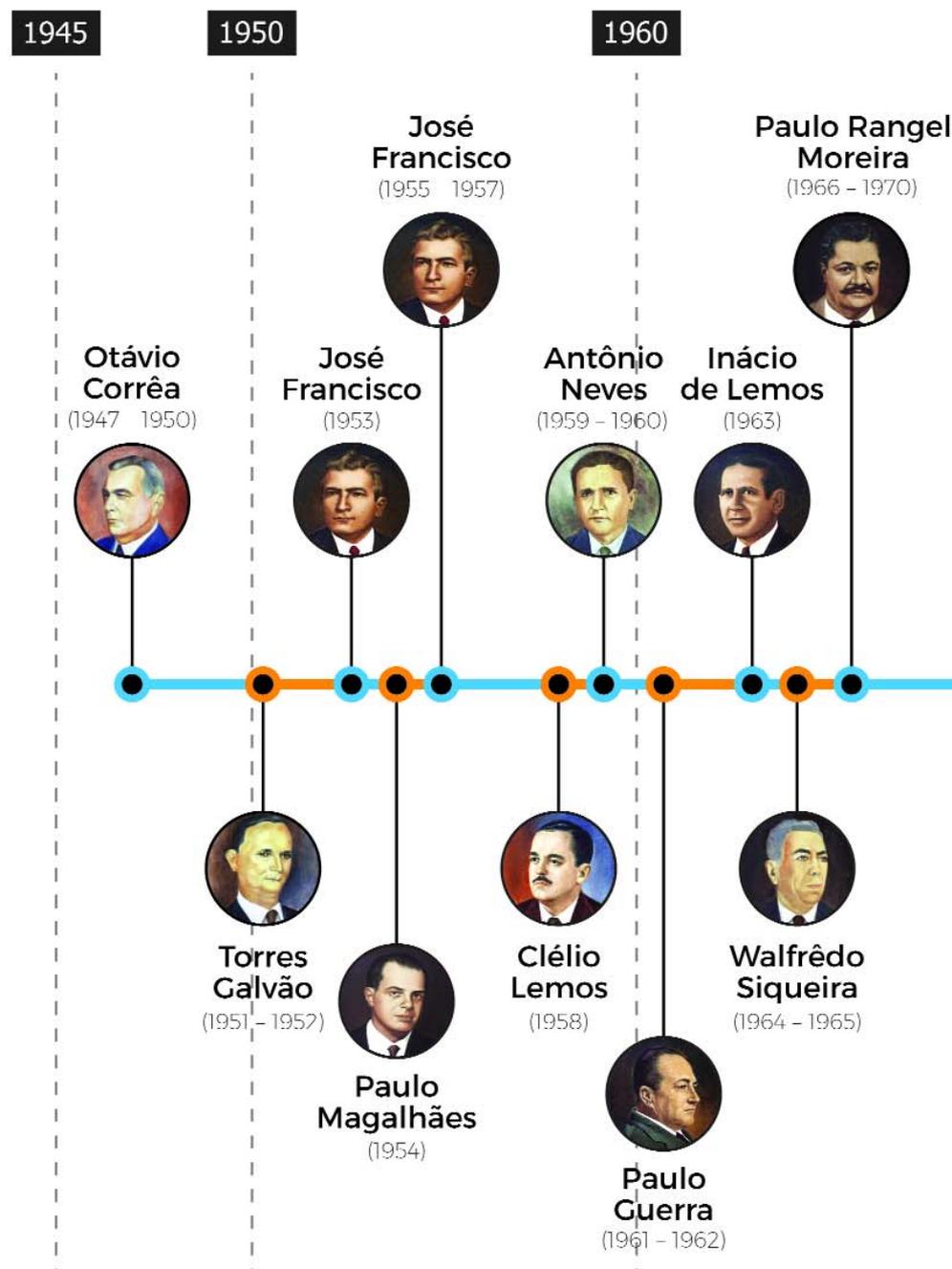
Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo. Diário Oficial do Estado de Pernambuco de 20 de Março de 1974. Acervo do Arquivo Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

HISTÓRIA

Os presidentes da Alepe

Quem foram os chefes do Legislativo de Pernambuco de 1947 até os dias atuais

Luciano Galvão Filho



Na década de 1930, a ditadura de Getúlio Vargas extinguiu os partidos políticos e fechou os parlamentos de todos os Estados. Só em 1947, já sob uma nova Constituição, a Assembleia Legislativa de Pernambuco seria reaberta. Desde então, 25 presidentes chefiaram a Casa de Joaquim Nabuco. Todos eram homens; na maioria, bacharéis em Direito, na faixa dos 50 anos, com bases políticas no Recife e arredores. Veja quem são eles:



Ênio Guerra foi quem por menos tempo ocupou o cargo: 6 meses. Na outra ponta está Guilherme Uchoa, há 11 anos na função.



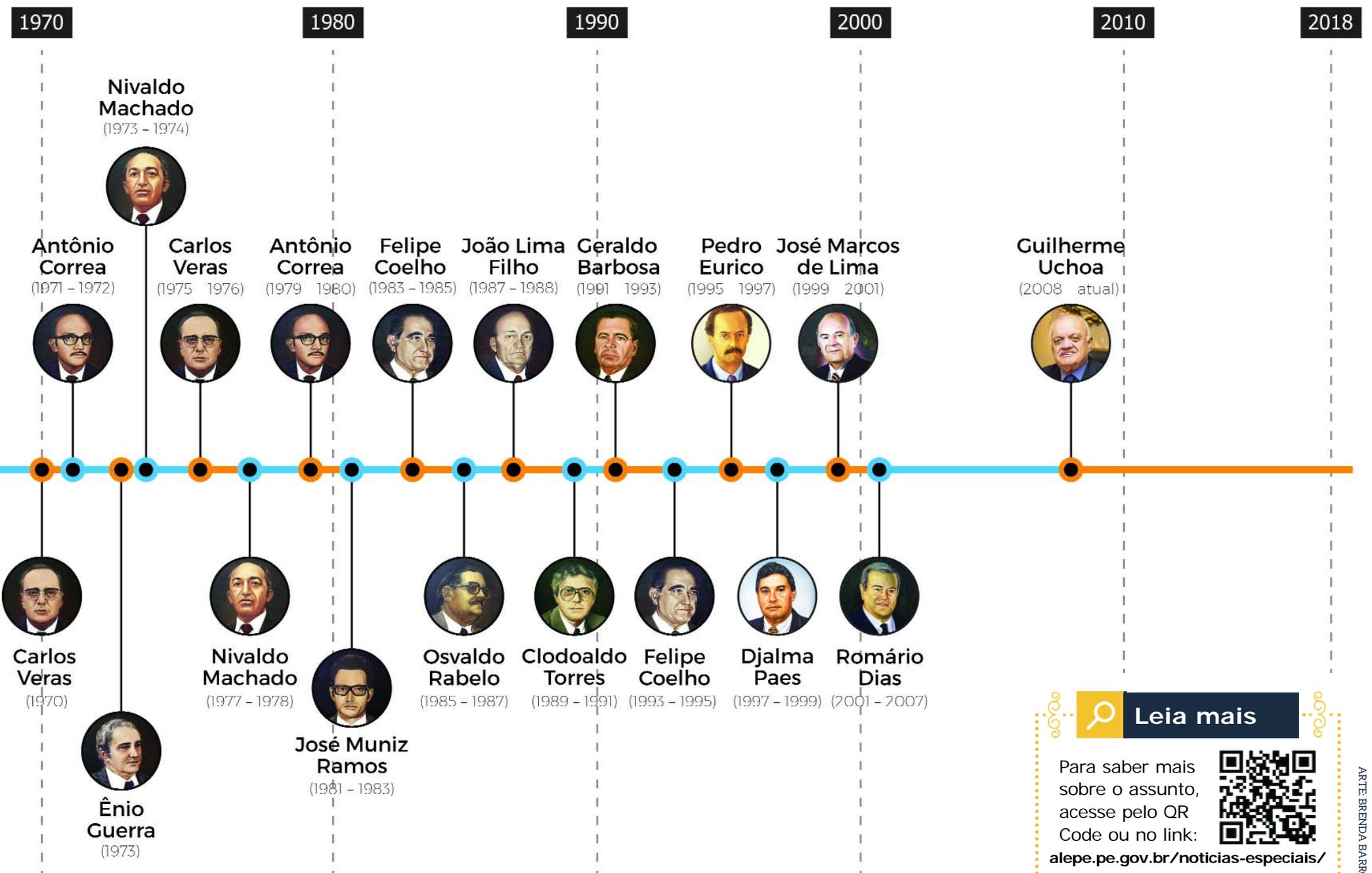
Aos 31 anos, Antônio Neves foi o mais jovem a assumir a presidência. Felipe Coelho, com 69, o mais idoso.



Dos 21 presidentes com formação superior, 15 estudaram Direito. Ao todo, 16 foram da Universidade Federal de Pernambuco.



Apenas 1 chefe do Legislativo não tinha educação formal: Torres Galvão, que entrou na vida pública como sindicalista.



Leia mais

Para saber mais sobre o assunto, acesse pelo QR Code ou no link: alepe.pe.gov.br/noticias-especiais/

Atendimento acessível em bancos

Desde o ano passado, clientes com deficiência, mobilidade reduzida ou doença grave estão protegidos pela Lei 16.203/2017

Gabriela Bezerra

FOTO: RINALDO MARQUES/ARQUIVO ALEPE

Atendimento na Língua Brasileira de Sinais (Libras) e admissão da entrada de cão-guia são algumas das obrigações que as agências bancárias têm com os clientes em Pernambuco desde novembro do ano passado. A Lei Estadual nº 16.203/2017 determina que essas instituições devem garantir atendimento acessível e prioritário a pessoas com deficiência, mobilidade reduzida ou doença grave, sob pena de multa.

De acordo com o texto da iniciativa proposta pelo deputado Marcantônio Dourado (PSB), os serviços de assistência para pessoas com deficiência auditiva devem ser prestados por intérpretes capacitados em Libras. Já o acompanhamento do cão-guia é garantido mediante a apresentação da carteira de vacinação atualizada do animal. A nova legislação pontua também a necessidade de o mobiliário desses estabelecimentos estar adaptado a cadeirantes.

Os bancos também ficam obrigados a afixar cartazes informativos sobre as regras do atendimento preferencial. Uma delas é o atendimento imediato (na frente até de quem já tem prioridade) para as pessoas com mais de



Atendimento em Libras e entrada de cão-guia estão previstos na norma

80 anos, assim como aquelas com alguma deficiência ou enfermidade com grau de debilidade física que não recomende a espera.

"Toda a legislação que vise garantir e facilitar o acesso para as pessoas com deficiência é de extrema importância porque abre precedente para quebrar outras barreiras, inclusive de comportamento", avaliou Felipe Gervásio, presidente da organização não governamental (ONG) Deficiente Eficiente, de Jaboatão dos Guararapes.

Para os clientes que necessitam de atendimento prioritário em filas, o diretor jurídico do Sindicato dos Bancários de Pernambuco, João Rufino, chama atenção para a importância de levar documento comprobatório às agências. "Às vezes, a falta de comprovação pode causar transtornos no atendimento, inclusive porque existem outros usuários que também aguardam essa prioridade", declarou.

No caso de enfermidade grave, a matéria estabelece

que essa informação deve constar em laudo médico com a indicação do Código da Classificação Internacional de Doença (CID).

Os estabelecimentos bancários que não cumprirem a norma ficam sujeitos a multa de até R\$ 10 mil, a depender do porte do banco e da circunstância da infração. Casos de descumprimentos devem ser denunciados ao Procon-PE, pessoalmente ou por meio do telefone 0800 282 1512.

